



CLIPPING



02 de
JUNHO
2022

REPÓRTER 70

> OPERAÇÃO PRISÕES

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Pará e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária deflagraram a operação “Pombo” que resultou na prisão preventiva de dois advogados e três acusados de integrar grupos do crime organizado em municípios paraenses. As investigações estão sob sigilo, mas as prisões dos advogados teriam como causa o fato de eles atuarem como intermediários entre custodiados no sistema penal e membros das facções criminosas fora das prisões. Segundo o Gaeco, os advogados “vinham funcionando como mensageiros ao se utilizarem de suas prerrogativas conferidas legalmente pelo exercício da advocacia”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

➤ **“Superendividado, eu? E agora?”** é o tema da palestra de abertura da 6ª Semana Estadual da Conciliação, que é promovida pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

➤ A palestra é gratuita, destinada ao público em geral e será realizada amanhã, às 9h, na sede do TJPA. As inscrições podem ser feitas no site do tribunal.

FEMINICÍDIO

DENUNCIAR AGRESSÃO PODE SALVAR VIDAS

ORIENTAÇÃO - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher destaca que é preciso interromper a violência doméstica para se evitar assassinatos

CAMILA GUIMARÃES
Da Redação

No Pará, entre janeiro e abril de 2022, foram registrados 18 casos de feminicídio, 35% a menos que no mesmo período de 2021, ano em que a violência contra a mulher aumentou 33,5% no Estado. Os dados são da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup). De acordo com a Lei 13.104/15, que alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, o crime consiste no assassinato de mulheres em razão do gênero. Um dos contextos apontados como característico desse tipo de crime é o da violência doméstica e familiar que, no ano passado, vitimou 7.255 mulheres no Pará.

A delegada Ana Paula Corrêa, diretora da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), em Belém, explica que a violência doméstica geralmente antecede o feminicídio, por isso é importante denunciar comportamentos agressivos assim que ocorrem.

"Geralmente o agressor, o parceiro, marido, já praticou alguma violência física antes, ou já fez alguma ameaça, ou outro gesto que poderia ser denunciado. É importante que a mulher denuncie porque ela pode

solicitar medidas protetivas de urgência", afirma.

"Se a mulher sofrer qualquer tipo de crime de violência doméstica ela pode solicitar as medidas protetivas de urgência. As mais solicitadas aqui na delegacia são o afastamento do agressor do lar; proibição de contato do agressor com a vítima, além de testemunhas e familiares; proibição de aproximação e de frequentar os mesmos lugares que a vítima", detalha.

"Também é possível solicitar, junto com a medida protetiva, alimentos provisórios, se a mulher tiver filho com o homem que ela afirma ser o agressor; e também solicitar atendimento psicológico. Outra requisição possível, e que pouco se fala, é a restrição do porte de arma do agressor, caso ele seja policial ou alguém que tenha regularmente porte de arma", acrescenta Ana Paula Corrêa.

A delegada destaca que, ao chegar à delegacia, a mulher tem acesso a todas as informações sobre os próprios direitos e os recursos à disposição. "Ela pode dizer quais são as medidas protetivas que ela tem interesse e será feito o requerimento perante o Judiciário".

"É feito o boletim de ocorrência, e a vítima presta depoimento. Se houver uma testemunha no momento, também é colhido o depoi-

mento dessa testemunha. A mulher preenche um formulário de risco, que é um documento necessário para a solicitação das medidas protetivas. Se ela tiver sofrido alguma lesão que haja necessidade de perícia, também é feito o encaminhamento e a perícia é realizada aqui mesmo, no prédio da delegacia. A mulher também tem acesso ao atendimento com assistente social, para que seja feito um acolhimento humanizado".

ANONIMATO

As denúncias de violência doméstica podem ser feitas diretamente na delegacia ou por meio do Disque-Denúncia (181). Em caso de emergência, é possível acionar o Centro Integrado de Operações (Ciop), pelo número 190. Também é possível denunciar por meio do formulário e chatbot no site segup.pa.gov.br.

A denúncia pode ser feita anonimamente. "Sendo que, no caso de crime com lesão corporal, mesmo que a vítima não queira denunciar, mas existe alguém que presenciou ou algo que comprove que aquela vítima sofreu, de fato, agressão física, também é possível fazer a denúncia, e o inquérito será aberto independente da vontade da vítima", esclarece a delegada Ana Paula Corrêa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

SÃO FRANCISCO DO PARÁ

Justiça Eleitoral cassa mandatos de prefeito e vice**FABIANA BATISTA E
PATRÍCIA BAÍA**
DA REDAÇÃO

A decisão do juiz eleitoral, Cristiano Magalhães, que cassou os mandatos do prefeito Marcos Cesar e da vice, Jéssica Mota, de São Francisco do Pará, no nordeste paraense, foi publicada na terça-feira, 31. Para a Justiça, os gestores praticaram atos que feriram os princípios da lisura e isonomia da disputa eleitoral municipal de 2020, o que configurou abuso de poder econômico por meio de doações

de materiais de construção; doações de cestas básicas às comunidades do município e distribuição de valores em espécie, visando obter um bom desempenho no pleito eleitoral.

De acordo com o prefeito Marcos César, a sentença da Justiça Eleitoral não possui efeito imediato por caber recurso. "A gente não entende, mas respeita a decisão, porém iremos protocolar o recurso ordinário no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e a sentença será suspensão de forma automática,

ou seja, não seremos afastados de nossas funções. Após ser tramitado e julgado no colegiado de Belém, teremos a decisão final e temos certeza que será a nosso favor", frisou.

Para o prefeito, a decisão do juiz foi baseada em depoimento de pessoas que estão ligadas ao grupo de oposição a prefeitura. "Eles alegam terem recebido dinheiro pra votar na gente, e é público e notório que não foram nossos eleitores e nem participaram da nossa campanha", explicou.

Em nota enviada ao Grupo Liberal, o prefeito Marcos César, mais conhecido como Professor Marcos, afirmou que tomou conhecimento das duas ações de investigação judicial ontem. "Não obstante tenha o máximo respeito pelas sentenças proferidas pelo Juízo Zonal de Igarapé-Açu, estou certo de que em nada violei a legislação eleitoral vigente e já estou tomando as medidas recursais cabíveis para reverter tais decisões em grau recursal", disse o gestor municipal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ORIXIMINÁ

PREFEITO É FLAGRADO EM ATOS DE AGRESSÃO

BRIGA - Após sessão da Câmara, opositor e jornalista foram atacados por William Fonseca

ÂNDRIA ALMEIDA
DA REDAÇÃO

Assessão de ontem da Câmara Municipal de Oriximiná acabou em gritaria e briga. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram o prefeito da cidade, William Fonseca (PR-TB), conhecido como delegado Fonseca, empurrando um homem e depois agredindo um jornalista que filmava a confusão. O ato desencadeou uma briga generalizada entre apoiadores do gestor municipal e críticos do prefeito.

Tudo aconteceu após a sessão ordinária que tratou sobre uma denúncia contra Fonseca por suposta fraude na compra de Usina de Oxigênio. O prefeito já foi cassado duas vezes durante o mandato, mas obteve decisões favoráveis para o retorno ao cargo.

A assessoria de comunicação da prefeitura afirmou que a confusão foi causada por pessoas ligadas aos veedores da oposição, que tentaram agredir o prefeito na Câmara. Nas imagens, é possível ver que um homem ainda não identificado desferiu agressões verbais contra o prefeito, que reage com um empurrão.

A situação continua com uma terceira pessoa arremessando um capacete em direção ao homem que foi agredido pelo prefeito. A vítima saiu correndo do grupo

de pessoas que se formou na rua. Havia no local uma guarnição policial que tentou conter o grupo de pessoas.

Em outro vídeo, o delegado Fonseca aparece chutando o telefone do jornalista Waldiney Ferreira e na sequência desferindo socos no repórter que realizava uma transmissão ao vivo. Sobre essa agressão, a assessoria de comunicação do prefeito informou que foi resultado de provocação de pessoas ligadas à rádio dos deputados Júnior Ferrari e Angelo Ferrari e que o veículo de imprensa seria utilizado para fins políticos contra o gestor municipal.

O jornalista agredido foi à delegacia registrar um boletim de ocorrência contra o prefeito. Ele informou que já realizou exame de corpo de delito.

Em um vídeo gravado ontem, o jornalista Waldiney Ferreira afirma que, "assim que terminou a sessão do Poder Legislativo, o prefeito convidou seus apoiadores para saírem do prédio, pois queria falar com eles na frente do Poder Legislativo". Após alguns minutos, Waldiney afirma que ouviu gritos e correu para o local. "Em um momento em que estava olhando para a prefeitura, em um local que considerava seguro, fui surpreendido com um soco desferido pelo prefeito William Fonseca. Depois, no vídeo, é que vi que ele errou um chute e, em seguida, me

deu um soco, derrubando o meu aparelho celular. Eu vi uma pessoa pegando o aparelho, passando para o gestor e saindo. Não devolveram meu aparelho celular. Só consegui recuperar os meus óculos, que caíram. Depois disso, não tive contato algum com o prefeito", relatou.

A reportagem do Grupo Liberal tentou contato com os deputados Júnior Ferrari e Angelo Ferrari, citados pela assessoria do prefeito, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

SINJOR

Em nota, o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará (Sinjor-PA), por meio de sua Diretoria Executiva e Regional do Tapajós, juntamente com a Comissão em Defesa da Liberdade de Imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil-seção Pará (OAB-PA), repudiou a agressão contra o profissional da Rádio Sucesso FM e da Rede Trombetas de Comunicação. "O jornalista e demais profissionais da comunicação realizavam a cobertura da votação pelo Legislativo do processo de cassação do prefeito. Após o término da sessão da Câmara Municipal, em via pública, o pro-

fissional estava capturando imagens com o celular quando foi surpreendido com chute e murros de William Fonseca. O aparelho celular ainda foi tirado de Waldiney por um apoiador do prefeito. O Sinjor-PA acompanha o caso e já disponibilizou sua assessoria jurídica que está em contato com o jornalista para auxiliar nas medidas judiciais cabíveis", afirmou a entidade representativa da categoria dos jornalistas.



Imagens mostram o prefeito, de camisa branca, tentando desferir chutes e socos em jornalista



Use a câmera do celular para ver o vídeo da confusão



William Fonseca, prefeito de Oriximiná, durante a confusão de ontem

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Navegação em Foco

luizopinheiro@gmail.com @navegacaoemfoco

MARES & RIOS

■ O ouvidor agrário do Tribunal de Justiça do Pará, desembargador Mairton Carneiro, recepcionou a presidente do Tribunal, desembargadora Célia Pinheiro e os ex-presidentes desembargadores Leonardo Tavares, Rômulo Nunes e Ricardo Nunes. No café, os magistrados trataram de temas relevantes para a questão agrária e também ações de aproximação entre a Casa da Justiça e o povo. A ouvidoria tem realizado elogiado trabalho com o homem e a mulher do campo, além de ter celebrado o casamento comunitário que ganhou destaque na Imprensa.



Desembargadores Leonardo Tavares, Regina Célia Pinheiro e Mairton Carneiro

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

Agricultores do Lote 96, na cidade de Anapu, no sul do Pará, foram vítimas de um novo episódio de violência, no último dia 11 de maio. A comunidade de 54 famílias de agricultores, lideradas por Erasmo Alves Theofilo, denunciou a invasão de dez homens armados que chegaram ao local fingindo ser policiais para fazer reintegração de posse numa área equivalente a quase 4 mil campos de futebol. Armados e com roupas pretas, os homens se identificaram como policiais e afirmaram que fariam uma reintegração de posse, fato desmentido em despacho do juiz Antônio Fernandes de Carvalho Vilar, da Vara Agrária de Altamira.

TRUCULÊNCIA

Em novo acesso de truculência e desequilíbrio, o prefeito de Oriximiná, Willian Fonseca, empurrou pessoas, agrediu o jornalista e radialista Waldiney Ferreira e quebrou o aparelho celular de outra pessoa, momentos depois de uma sessão da Câmara de Vereadores do município, na qual o gestor foi novamente acusado de improbidade administrativa e compras irregulares. Impopular, Fonseca tem demonstrado cada vez mais despreparo para lidar com críticas e denúncias. Persegue adversários políticos, estimulando a propagação de fake news difamatórias.

REPÚDIO

O Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor), por meio da Diretoria Executiva e Regional do Tapajós, junto com a Comissão em Defesa da Liberdade de Imprensa da OAB-PA, repudiou em nota a agressão do prefeito de Oriximiná, Wilian Fonseca, ao jornalista Waldiney Ferreira, da Rádio Sucesso FM e da Rede Trombetas, ontem, 1º de junho, quando se comemorou o Dia Nacional da Imprensa. O profissional realizou o exame de corpo delito e o registro das agressões na Polícia. O Sinjor acompanha o caso e disponibilizou sua assessoria jurídica para as medidas judiciais cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

LINHA DIRETA

O projeto Verão com Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que leva serviços diversos à população, estará nos dias 9 e 10 de julho na praia do Chapéu Virado, na Ilha de Mosqueiro; dias 16 e 17, e 23 e 24 de julho, na praia do Atalaia, em Salinas; e nos dias 30 e 31, na praia Grande, na Ilha de Outeiro. A programação ocorrerá sempre de 9h às 16h.

“Superendividado, eu? E agora?” é o tema da palestra gratuita de abertura da VI Semana Estadual da Conciliação, na sexta-feira, 3, no auditório Desa. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, localizado no prédio-sede do TJPA, das 9h às 12h. Inscrições no site da Escola do Judiciário: ejpa.tjpa.jus.br.

Dois advogados são detidos acusados de atuar com facções

Os investigados também são suspeitos de tramar a morte do ex-titular da Seap, Jarbas Vasconcelos. A ação foi liderada pelo Ministério Público

COMBATE AO CRIME

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Pará (MPPA), com apoio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), deu cumprimento, ontem, em Belém e Salinópolis, a mandados de prisão preventiva expedidos pela Justiça nos autos de processo nº 0807228-21.2022.8.14.0401, em desfavor de dois advogados e três integrantes de facção criminosa, a partir de pedido formulado pelo Gaeco no bojo da denúncia que imputou aos réus a prática dos crimes dispostos no art. 2º, §2º, da Lei nº 12.850/13 e art. 35 da Lei nº 11.343/06 c/c art. 69 do Código Penal. Eles também são acusados de tramar a morte do ex-titular da Seap, Jarbas Vasconcelos.

A Operação Pombo fundamenta-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do Gaeco em 08/06/2021 (Portaria nº 009/2021-MMPA/Gaeco) para apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas que se encontram custodiados em estabeleci-



Jarbas Vasconcelos estaria na mira de atentados de criminosos FOTO: IRENE ALMEIDA

mentos prisionais paraenses. No decorrer de praticamente um ano, a investigação conseguiu constatar a relação criminosa existente entre integrantes custodiados da facção Comando Vermelho e os dois advogados, os quais vinham funcionando como “mensageiros” ao se utilizarem de suas prerrogativas conferidas legalmente pelo exercício da advocacia (Lei nº 8.906/94) para servirem de elo entre faccionados presos e faccionados soltos, repassando as informações obtidas por ocasião das visitas realizadas em estabelecimentos prisionais no Pará.

Diante disso, em pedido fundamentado, o Gaeco pleiteou e obteve man-

dados de busca e apreensão pessoal deferidos pela Justiça, cujo cumprimento resultou na apreensão de bilhetes manuscritos, bem como aparelhos eletrônicos, dentre os quais um relógio smartwatch pertencente a um dos advogados, utilizado para gravar as mensagens durante as visitas carcerárias, com o objetivo de repassá-las aos faccionados em liberdade.

Ressalta-se que os bilhetes manuscritos eram destinados a diversos integrantes da referida facção criminosa, dentre eles David Palheta Pinheiro e o próprio presidente Leonardo Costa Araújo, ambos encontrando-se atualmente foragidos no Estado do Rio de Janeiro.

JUSTIÇA

Os mandados de prisão preventiva foram obtidos após o Gaeco apresentar evidências à Justiça, devidamente descritas em capítulo próprio da exordial acusatória, sobre a necessidade de garantia da ordem pública a partir da constrição cautelar dos advogados. Ressalta-se que as forças de segurança do Estado do Pará têm sido alvos constantes dos ataques ordenados por integrantes de facções criminosas, a exemplo das duas dezenas de registros de crimes contra policiais penais, o que serviu de subsídio jurídico à decretação e manutenção da segregação provisória. As investigações prosseguem sob sigilo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Willian Fonseca é acusado de infração político-administrativa

FOTO: REPRODUÇÃO

Prefeito de Oriximiná agride manifestante com socos

VIOLÊNCIA

A Câmara de Vereadores do município de Oriximiná, oeste do Pará, aceitou na manhã de ontem a denúncia que pede a cassação do atual prefeito Willian Fonseca (PRTB). O pedido é baseado no crime da prática de infração político-administrativa.

O processo busca apurar suposta fraude configurada no procedimento de dispensa de licitação número 005 FMS de 2021, pelo direcionamento a empresa contratada Luk Indústria Geradora de Oxigênio LTDA, além do pagamento de valores superiores ao previsto no contrato. O MPPA ainda iniciou uma investigação preliminar na administração municipal, com o objetivo de apurar suposta fraude no processo licitatório da aquisição da usina de oxigênio para tratamento de pacientes com Covid-19.

A partir de agora, a Câmara de Vereadores tem até 90 dias para encerrar o processo sobre a cassação do chefe do Poder Executivo.

No entanto, após o resultado favorável a cassação, o prefeito se envolveu em uma grande confusão na saída da Câmara. Ao deixar o prédio, ele foi xingado e partiu para a agressão com um grupo de manifestantes.

GRAVAÇÃO

Um vídeo mostra o prefeito saindo do prédio da Câmara, reunindo com apoiadores, em seguida, uma confusão generalizada começa e o parlamentar desfere socos contra um manifestante no meio da rua.

Segundo informou na edição de ontem, o Repórter Diário, três vereadoras da oposição denunciaram o gestor municipal pelo crime de difamação e violência psicológica. Segundo elas, Fonseca tem proferido calúnias e fake news sobre a vida pessoal das parlamentares em discursos para moradores da cidade.

Em nota, a assessoria de Willian Fonseca informou que o processo se trata de uma perseguição contra o gestor municipal articulada por políticos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ HOMEM É MORTO A TIROS

De acordo com testemunhas, vítima estava próximo de uma casa em construção quando foi morto a tiros. Assassino estava de moto e roupa de mototaxista, e fugiu após o homicídio, cuja motivação é desconhecida

CRIME

Tiago Silva

Um ex-presidiário foi executado a tiros no município de Santo Antônio do Tauá, região do nordeste paraense. O crime aconteceu no final da manhã de ontem, por volta do meio-dia.

Policiais militares estavam realizando rondas ostensivas e preventivas pelo Loteamento Manoel Lobo quando foram informados por populares sobre um homicídio ocorrido na rua Altomiro Barros. Os policiais militares rapidamente foram até o local e encontraram a vítima, identificada como Sharlison dos Reis Progenio, de 32 anos.

Testemunhas disseram que Sharlison estava próximo de uma casa em construção quando foi alvejado por disparos de arma de fogo e morreu no local. Ainda segundo testemunhas, o crime foi praticado por um homem não identificado que estava de motocicleta e com camisa de mototaxista. A Polícia Militar realizou buscas, mas o assassino não foi encontrado.

O crime com características de execução, já que nada foi subtraído da vítima, está sendo investigado pela Polícia Civil de Santo Antônio do Tauá. A motivação também ainda é desconhecida. A vítima já havia sido presa e estava em liberdade provisória.



Sharlison dos Reis foi assassinado por volta do meio-dia de ontem
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**QUINTA-FEIRA****DOIS RAPAZES FORAM
MORTOS EM FRENTE DE IGREJA**
PÁGINA 5

Diário do Pará

POLÍCIA**ESTAVA PRESO POR ROUBO****FORAGIDO É RECAPTURADO****DE VOLTA À CELA****Tiago Silva**
DE CASTANHAL

Um foragido da justiça, que estava preso por roubos, foi recapturado pela Polícia Militar na cidade de Castanhal, região do nordeste paraense. A recaptura aconteceu na noite de terça-feira (31), por volta das 19h30.

Policiais militares do grupamento Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas (ROCAM) foram informados por populares que um casal acusado de ter praticado vários roubos pela cidade estava morando em uma casa, localizada na invasão Ana Júlia, área do bairro Novo Estrela. No endereço informado, foi encontrado apenas o homem, identificado como Janderson Rosário Alencar, de 33 anos. Com o acusado nada de ilícito foi encontrado, porém foi descoberto que Janderson era um foragido da justiça. A mulher não estava na casa no momento do cerco policial.

Janderson Rosário Alencar foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal e, após ser ouvido pelo Delegado de plantão, foi encaminhado para um presídio da região metropolitana de Belém, onde permanecerá custodiado no regime fechado até outra decisão do Poder Judiciário.



Janderson Rosário Alencar foi levado, após os procedimentos, para um presídio na Grande Belém
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FLAGRANTE PRESO COM DROGAS

Rapaz caminhava pela rua com uma bolsa e ao ver viaturas da PM em ronda, tratou de fugir, mas foi capturado e abriu o jogo sobre a carga que levava

ICOARACI

J R Avelar

O combate ao tráfico de drogas pelo 10º Batalhão em áreas de sua jurisdição levou três viaturas, sob o comando do major Fábio Campos, à invasão Pedro Carneiro, encravada na avenida Arthur Bernardes, no bairro do Paracuri, em Icoaraci.

O comboio das viaturas 1019, com o major Fábio Campos, cabos Pardal e Costa Brito; viatura 1002, com o tenente Sodré, cabos Douglas, N. Júnior; e viatura 1016, com o sargento Elcio, soldados Ferreira e R. Lopes, quando trafegava pelo bairro do Paracuri III, se deparou com um rapaz que caminhava em via pública com uma bolsa preta nas mãos que, ao ver as viaturas se aproximando, se evadiu pelos quintais.

Os militares desembarcaram e taticamente fizeram o cerco, conseguindo fazer a detenção do suspeito, que se identificou como Adriano Estevan Lima Teles, de 19 anos.

Questionado sobre o que carregava na bolsa, Adriano Lima entregou de pronto a "parada", informando que continha 31 pedecinhas de pasta base de cocaína e cem pedras de óxi, prontas para a comercialização e consumo.

Após uma breve entrevista, o rapaz confessou que em sua residência havia mais entorpecentes, sendo feito o deslocamento até à residência do detido, que levou uma guardanapo em seu quarto e pegou uma sacola contendo mais 241 papérolas de pasta base de cocaína.

A droga foi contabilizada, importando em um total de 382 pedecinhas de entorpecentes entre pasta base de cocaína e óxi. Adriano Estevan Lima Teles recebeu voz de prisão, sendo deslocado para a Seccional Urbana de Icoaraci para responder pelo crime de tráfico de drogas.



Bolsa (no detalhe) que Adriano Lima carregava estava com drogas
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Candidatos à presidência da FPF divergem sobre decisão da Justiça; veja

TJPA ordenou uma reconfiguração do colégio eleitoral. Ricardo Gluck Paul e Paulo Romano têm opiniões diferentes da decisão.

Caio Maia

01.06.22 22h16



Ricardo Gluck Paul e Paulo Romano. (Cristino Martins / O Liberal - Igor Mota / O Liberal)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A decisão da Justiça do Pará que ordenou a reconfiguração do colégio eleitoral que vai escolher o novo presidente da Federação Paraense de Futebol (FPF) gerou divergência entre os candidatos ao cargo. Em conversa com o Núcleo de Esportes de O Liberal, Ricardo Gluck Paul e Paulo Romano disseram o que acham da determinação do TJPA.

De acordo com o Gluck Paul, a Justiça agiu corretamente em permitir com que as ligas, licenciadas no ano passado, possam votar no pleito deste ano. Segundo ele, o pleito, que está sendo realizado em 2022, é o mesmo de 2021.

"Todo esse imbróglio judicial se passa pelo colégio eleitoral. Eles fizeram um corte seletivo, escolheram quem iria votar. Durante este ano, não deram licença para novas ligas. Disseram que só vai votar quem tiver a licença de 2022, sendo que as eleições são de 2021", avaliou Gluck Paul.

Veja mais

Por outro lado, Paulo Romano, o outro candidato nas eleições, acredita que a lista divulgada em 2021 continha irregularidades. Eles entende que existiam entidades que não estavam aptas a votar e, portanto, não poderiam participar do pleito.

"A nova lista está com as correções devidas e constam apenas as entidades que estavam plenamente regulares de acordo com a legislação em vigor", disse Romano.

Entenda o colégio eleitoral

No dia 24 de dezembro de 2021, às vésperas das eleições da FPF que foram suspensas pela Justiça, o então colégio eleitoral do pleito divulgou uma lista com os nomes das ligas, clubes profissionais e não profissionais aptos a votar nas eleições. No entanto, com a suspensão das eleições, uma nova comissão eleitoral foi formada e esta excluiu vários nomes da ata de votação.

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ao todo foram retiradas da lista de aptos a votar 41 ligas, cinco clubes não profissionais e um clube profissional. No pleito de 2021, seriam 127 entidades que poderiam participar do pleito. Porém, na lista de 2022, apenas 79 podem exercer o poder de voto.

No entanto, nesta quarta-feira (1º) o TJPA determinou que as eleições deveriam ser realizadas com a lista original, de 2021, e não com a de 2022. A Justiça ainda deu 15 dias para que a comissão eleitoral atual republique o edital das eleições, com a inclusão dos votantes excluídos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sessão na Câmara de Oriximiná termina com agressão do prefeito da cidade contra jornalista

Vídeos flagraram atos de violência. Vítima registrou um boletim de ocorrência contra o gestor municipal.



Ândria Almeida

01.06.22 21h31



A **sessão da Câmara Municipal de Oriximiná** acabou em gritaria e briga nesta quarta-feira (1º). Vídeos que circulam nas redes sociais mostram o prefeito da cidade, **William Fonseca (PRTB)**, conhecido como **delegado Fonseca**, **empurrando um homem e depois agredindo um jornalista** que filmava a confusão. O ato desencadeou uma briga generalizada entre apoiadores do gestor municipal e críticos ao gestor.

Tudo aconteceu depois que terminou uma sessão ordinária para tratar sobre uma denúncia contra Fonseca por suposta fraude na compra de Usina de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Oxigênio. O prefeito já foi cassado duas vezes durante o mandato, com decisões favoráveis para o retorno ao cargo.

A assessoria de comunicação da prefeitura de Oriximiná afirmou que a confusão foi causada por pessoas ligadas aos vereadores da oposição, que tentaram agredir o prefeito na Câmara. Porém, nas imagens, é possível ver que um homem ainda não identificado desferiu agressões verbais contra o prefeito, que reage com um empurrão.

A situação continua com uma terceira pessoa arremessando um capacete em direção ao homem que foi agredido pelo prefeito. A vítima saiu correndo do grupo de pessoas que se formou na rua. Havia no local uma guarnição policial que tentou conter o grupo de pessoas.

Em outro vídeo, o **delegado Fonseca aparece chutando o telefone do jornalista Waldiney Ferreira** e na sequência desferindo socos no repórter que realizava uma transmissão ao vivo. Sobre essa agressão, a assessoria de comunicação do prefeito informou que foi fruto de provocação de pessoas ligadas à rádio dos deputados Júnior Ferrari e Angelo Ferrari. Afirmou ainda que o veículo de imprensa usa o meio de comunicação para fins políticos contra o gestor municipal.

O jornalista agredido foi à delegacia registrar um boletim de ocorrência contra o prefeito. Ele informou que já realizou exame de corpo de delito. A reportagem do Grupo Liberal tentou contato com os deputados Júnior Ferrari e Angelo Ferrari, citados pela assessoria do prefeito, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Histórico de cassação

O primeiro processo de cassação do prefeito Willian ocorreu no dia 22 de outubro de 2021. Na época, Fonseca foi acusado de suposta infração político-administrativo, a exemplo de contratação de pessoal para cargos não criados por lei, além da beneficiação de aliados políticos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Depois de cassado ele chegou a retornar para a prefeitura por outras três vezes, todas as decisões de reintegração ao cargo foram derrubadas posteriormente.

A última dessas suspensões ocorreu no dia 21 de dezembro, e foi deferida pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), Célia Regina de Lima Pinheiro. Em seguida, o prefeito havia retornado à prefeitura após uma liminar da desembargadora Gleide Pereira de Moura, no plantão do 2º grau de jurisdição, no dia 18 de dezembro de 2021.

Em nova decisão judicial, em março deste ano, Willian Fonseca foi reconduzido ao cargo de gestor municipal.

Sindicato dos jornalistas se manifesta

Em nota, o **Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará (Sinjor-PA)**, por meio de sua Diretoria Executiva e Regional do Tapajós, juntamente com a Comissão em Defesa da Liberdade de Imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil-seção Pará (OAB-PA), **repudiou a agressão** do prefeito de Oriximiná (PA), Willian Fonseca, contra o jornalista Waldiney Ferreira, profissional da Rádio Sucesso FM e da Rede Trombetas de Comunicação.

"O jornalista e demais profissionais da comunicação realizavam a cobertura da votação pelo Legislativo do processo de cassação do prefeito. Após o término da sessão da Câmara Municipal, em via pública, o profissional estava capturando imagens com o celular quando foi surpreendido com chute e murros de Willian Fonseca. O aparelho celular ainda foi tirado de Waldiney por um apoiador do prefeito. O Sinjor-PA acompanha o caso e já disponibilizou sua assessoria jurídica que está em contato com o jornalista para auxiliar nas medidas judiciais cabíveis", afirmou a entidade representativa da categoria dos jornalistas.

Em um vídeo gravado ainda nesta quarta-feira (1), o jornalista Waldiney Ferreira afirma que, "assim que terminou a sessão do Poder Legislativo, o prefeito convidou seus apoiadores para saírem do prédio, pois queria falar com eles na frente do Poder Legislativo". Após alguns minutos, Waldiney afirma que ouviu

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

gritos e correu para o local. "Em um momento em que estava olhando para a Prefeitura, em um local que considerava seguro, fui surpreendido com um soco desferido pelo prefeito William Fonseca. Depois, no vídeo, é que vi que ele errou um chute e, em seguida, me deu um soco, derrubando o meu aparelho celular. Eu vi uma pessoa pegando o aparelho, passando para o gestor e saindo. Não devolveram meu aparelho celular. Só consegui recuperar os meus óculos, que caíram. Depois disso, não tive contato algum com o prefeito", relatou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Advogados envolvidos com integrantes do Comando Vermelho são presos

Força-tarefa do Ministério Público do Estado cumpriu mandados de prisão preventiva contra cinco pessoas

O Liberal

01.06.22

21h55



Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Uma **força-tarefa do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)** cumpriu mandados de prisão preventiva, em **Belém e Salinópolis**, expedidos contra **dois advogados e três integrantes de uma facção criminosa**. A "**Operação Pombo**" investiga a **relação de advogados com integrantes de facções criminosas** que estão custodiados em estabelecimentos prisionais paraenses. A ação envolveu o Grupo de Atuação

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Especializada no Combate ao Crime Organizado (GAECO), com apoio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional) (GSI) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Ao longo de quase um ano, a investigação conseguiu constatar a relação entre os dois advogados e integrantes do Comando Vermelho. A apuração indicou que os **advogados vinham atuando como “mensageiros”** durante o exercício da advocacia para atuar como um elo entre faccionados presos e faccionados soltos, repassando as informações obtidas durante as visitas realizadas em estabelecimentos prisionais no Pará.

Bilhetes eram enviados a integrantes do Comando Vermelho

Mandados de busca e apreensão, cumpridos anteriormente, apreenderam bilhetes manuscritos que, segundo o MPPA, eram destinados a diversos integrantes do Comando Vermelho, dentre eles David Palheta Pinheiro, vulgo “Bolacha”, e Leonardo Costa Araújo, vulgo “L-41”, ambos encontrando-se atualmente foragidos no Estado do Rio de Janeiro. Também foram apreendidos aparelhos eletrônicos, dentre os quais um relógio smartwatch pertencente a um dos advogados, utilizado para gravar as mensagens durante as visitas carcerárias e repassá-las aos integrantes da facção que estavam fora da prisão. A série de atentados contra agentes de segurança pública ordenados por integrantes de facções criminosas, a exemplo das duas dezenas de registros de crimes contra policiais penais, serviu de subsídio jurídico à decretação e manutenção da segregação provisória.

As investigações seguem sob sigilo.

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Justiça Militar decreta prisão preventiva de PMs acusados de extorsão mediante sequestro em Belém

O sargento Valdenildo Campos Gouveia, o cabo Ailon Ferreira de Jesus e o soldado Gabriel Salgado de Oliveira são acusados de forçar um homem a transferir R\$ 1.500 via PIX após ameaçá-lo de prisão, durante uma abordagem

O Liberal

01.06.22 12h02



A **Justiça Militar do Pará** atendeu ao pedido de **prisão preventiva** feita pelo **Ministério Público Militar** contra o **sargento Valdenildo Campos Gouveia**, o **cabo Ailon Ferreira de Jesus** e o **soldado Gabriel Salgado de Oliveira**, todos da **Polícia Militar**, pela prática do **crime de extorsão mediante sequestro em**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

concurso de pessoas. Eles são acusados de intimidar um homem durante uma abordagem e forçá-lo a transferir R\$ 1.500 via PIX para a conta de uma pessoa utilizada como "laranja", em **Belém**.

O **crime** teria acontecido no dia 16 de agosto de 2021, por volta das 21h20. A vítima, que não será identificada por segurança, estaria retornando para sua casa, em um carro particular, quando o veículo foi interceptado pela viatura 2419 e o homem foi abordado pelos três policiais militares no quilômetro 5 rodovia Augusto Montenegro.

Durante a abordagem, os militares teriam intimidado a vítima, fazendo perguntas sem fundamentos, como se o mesmo tinha porte de arma, mesmo estando desarmado. Em seguida, eles fizeram vistorias no automóvel, deixando os documentos espalhados, e ameaçaram levar o rapaz para a delegacia, ameaçando-o de prisão, mesmo sem ele ter cometido nenhum crime.

Um dos policiais entrou no carro da vítima e seguiu com ela enquanto os outros dois acompanharam na viatura. No caminho, o policial que acompanhava o homem disse que ele teria que pagar o valor de R\$ 3 mil para ser liberado. Chegando na delegacia, os militares continuaram intimidando a vítima, dizendo que iriam chamar a imprensa.

Ainda de acordo com o **boletim de ocorrência**, depois de mais de uma hora de insistência, a vítima foi convencida a fazer uma transferência, via PIX, para a conta de uma outra pessoa, no valor de R\$ 1.500. Depois disso, eles liberaram o homem no pátio da delegacia da Marambaia e saíram do local sem dar esclarecimentos.

"Dessa forma, transtornos provocados pela atuação dos denunciados, visando à perturbação do desenvolvimento da instrução, que compreende a colheita de provas de um modo geral, tanto na fase investigativa quanto judicial, por si só, é

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

motivo a ensejar a manutenção da prisão preventiva", disse a decisão assinada pelo juiz Lucas do Carmo de Jesus, titular da Justiça Militar do Estado do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TJPA vai emitir RGs durante o verão no interior do Pará

O projeto é da Coordenadora dos Juizados Especiais (CJE) em parceria com a Segup, Defensoria Pública e Fundação ParáPaz

quinta-feira, 02/06/2022, 10:42 - Atualizado em 02/06/2022, 10:40 - Autor: **com informações da assessoria de imprensa**



A alta temporada de verão está chegando e depois de dois anos com restrições por causa da pandemia de covid-19 as férias de julho estão sendo bastante aguardadas pelos paraenses. O clima propício a badalação nas praias levará milhares de turistas e visitantes às praias do território paraense.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



A ilha de Mosqueiro será a primeira a receber o projeto Verão com Justiça. | **Oswaldo Forte/Agência Belém (Arquivo)**

Diante deste cenário, a Coordenadoria dos Juizados Especiais (CJE) irá promover uma nova edição do projeto Verão com Justiça. A ação leva serviços de cidadania (emissão de documentos) e atividades esportivas para a garotada nas praias de Outeiro, Mosqueiro e Salinópolis.

Vídeo: caranguejo vendido em Belém está mais caro

A cada final de semana, a ação estará num local diferente - numa praia, exatamente. Serão emitidas 400 carteiras de identidade, orientação sobre as Eleições 2022, acolhimento psicossocial, atividades pedagógicas e orientações de combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil.

As ações começam dia 9 de julho, na praia do Chapéu Virado, em Mosqueiro. Nos dois finais de semana seguinte, o evento será realizado na praia do Atalaia, em Salinópolis e, encerrará na praia Grande, em Outeiro, nos dias 30 e 31.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Salinópolis está na rota do projeto Verão com Justiça | **Marcelo Lelis/Agência Pará (Arquivo)**

O projeto ocorre em parceria com outros órgãos dos sistemas de Segurança Pública (Segup) e Justiça, Defensoria Pública, Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA) e Fundação ParáPaz.

Aeroporto de Belém e terminais do Pará serão privatizados

A retomada do projeto foi definida durante reunião virtual, na última terça-feira, 31, entre a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, à frente da Coordenadoria dos Juizados Especiais, a juíza auxiliar Antonieta Ferrari Miléo e representantes de órgãos governamentais, de Segurança Pública e do sistema de Justiça.

Shoppings Centers: vereadores de Belém querem novas medidas

Desde 2013, o projeto Verão com Justiça ocorre durante os fins de semana do mês de julho, levando até a população que frequenta os balneários a prestação jurisdicional. Uma unidade móvel do Judiciário paraense concentra serviços que abrangem a realização de procedimentos criminais, como Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Acusados de atentado a PM são julgados nesta quarta-feira

Pouco antes do atentado contra o PM, o trio publicou vídeos nas redes sociais, onde exibiam pistolas.40.

quarta-feira, 01/06/2022, 18:55 - Atualizado em 01/06/2022, 18:52

- Autor: **Paula Marrocos, com informações de Cácia Medeiros/RBATV**



Iniciou na tarde desta quarta-feira (1º), o julgamento de Herlon Ramos, de 23 anos, e André da Silva, de 26 anos. Os dois jovens são acusados de homicídio e tentativa de homicídio. Segundo a investigação, os dois criminosos e mais um terceiro envolvido chegaram na Tv. São Sebastião, no bairro da Sacramento, em Belém, efetuando vários disparos contra um depósito de bebida, há três anos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Governo do Pará entrega apartamentos para moradores de Belém

David Junior, de 27 anos, o terceiro indiciado, no entanto, teve o processo desmembrado. Com isso, aguarda recurso. No caso, trabalham o promotor de justiça Samir Tadeu Dahas e os advogados de defesa Raimundo Cavalcante e Thiago Aben-Athar.

O depósito de bebidas que foi alvo do trio estava atendendo várias pessoas no momento do crime. Porém, o alvo do ataque era um subtenente da Polícia Militar (PM), Nazareno Monteiro, que foi baleado por um dos criminosos, mas sobreviveu.

Contudo, os disparos contra o estabelecimento acertaram outras pessoas. Entre elas, o estudante Gustavo Oliveira, que morreu horas depois do tiroteio e, um outro morador da área, Luís Carlos de Silva Souza, que sobreviveu. Ou seja, os acusados responder por duas tentativas de homicídio e um homicídio.

Leia também:

Governo publica recomendações para as festas de São João

Pouco antes do atentado contra o PM, o trio publicou vídeos nas redes sociais, onde exibiam pistolas.⁴⁰ Assim, o Ministério Público entendeu as imagens como uma forma de premeditar o crime. A Polícia Civil (PC), concluiu que a motivação do ataque, seriam as muitas abordagens que o subtenente realizava pelo bairro. O que era entendido pelos acusados como uma forma de ameaça.

Lucas Oliveira, irmão de Gustavo - jovem assassinado pelos criminosos - relatou o momento de tristeza vivido pela família, mas, destacou que acredita que a justiça será feita, mesmo três anos após o acontecido. "É muito doloroso, a gente crê muito na justiça. Torcemos para que essas pessoas não fiquem em pune. Desejamos que elas paguem o que devem", desabafou o irmão da vítima.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação prende advogados suspeitos de servir como mensageiros de membros de organização criminosa no Pará

Justiça vai apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas.

Por g1 Pará — Belém

01/06/2022 22h10 Atualizado 02/06/2022

Uma operação da Justiça do Pará prendeu nesta quarta-feira (1º) cinco pessoas suspeitas de envolvimento com uma facção criminosa que atua nos presídios do estado. Chamada de “Operação Pombo”, a ação ocorreu nos municípios de [Belém](#) e [Salinópolis](#), nordeste do Pará. Entre os suspeitos, estão dois advogados.

Os mandados de prisão preventiva foram obtidos após o Ministério Público do Pará, por intermédio do Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), apresentar à Justiça evidências do envolvimento dos advogados no crime.

De acordo com as investigações do Gaeco, os dois advogados vinham funcionando como mensageiros ao servirem de ligação entre membros de facção que estão presos e dos que estão soltos. As informações seriam repassadas durante as visitas feitas pelos advogados aos estabelecimentos prisionais do Pará.

Durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão foram apreendidos bilhetes manuscritos e aparelhos eletrônicos. Segundo o Gaeco, um relógio apreendido em posse de um dos advogados era utilizado para gravar as mensagens nas visitas carcerárias.

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado informou que os bilhetes manuscritos eram destinados a diversos integrantes da facção

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

criminosa. Entre eles estão David Palheta Pinheiro (vulgo Bolacha) e o presidente da facção, Leonardo Costa Araújo (vulgo L-41). Ambos estão foragidos no Rio de Janeiro.

Leia também:

- [PM entra em confronto com facção criminosa que planejava ataques contra agentes de segurança em Barcarena;](#)
- [12 mortes ligadas a facções criminosas continuam sem respostas no Pará;](#)
- ['Policiais estão sendo caçados', diz mulher de militar;](#)
- [Em seis dias, estado tem 15 atentados contra agentes de segurança; 7 morreram.](#)

O Ministério Público destacou que um dos argumentos para a decretação e manutenção da prisão provisória foi o fato dos constantes ataques ordenados por integrantes de facções criminosas às forças de segurança do Pará.

Junto com o Gaeco, participaram da Operação Pombo nesta quarta o Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. As investigações prosseguem sob sigilo. A Operação Pombo foi instaurada em junho de 2021 para apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas que se encontram custodiados em estabelecimentos prisionais paraenses.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Professor é preso em flagrante por estuprar adolescente em Medicilândia, no sudoeste do Pará

Crime teria ocorrido na casa do suspeito, após ele ter oferecido bebida alcoólica ao adolescente.

Por g1 Pará — Belém

01/06/2022 20h05 Atualizado há 15 horas

A Polícia Civil prendeu em flagrante um homem pelo crime de estupro de vulnerável no município de Medicilândia, no sudoeste do Pará. O fato ocorreu na segunda-feira (30).

Segundo a PC, uma equipe da corporação recebeu a informação de que um adolescente teria sido vítima do crime de estupro de vulnerável por um professor da cidade. O fato teria ocorrido na casa do suspeito, após ele ter oferecido bebida alcoólica ao adolescente.

Após ser acionada, uma equipe da polícia iniciou diligências para localizar o sujeito e coletar outras provas do crime. As ações resultaram na prisão em flagrante do professor.

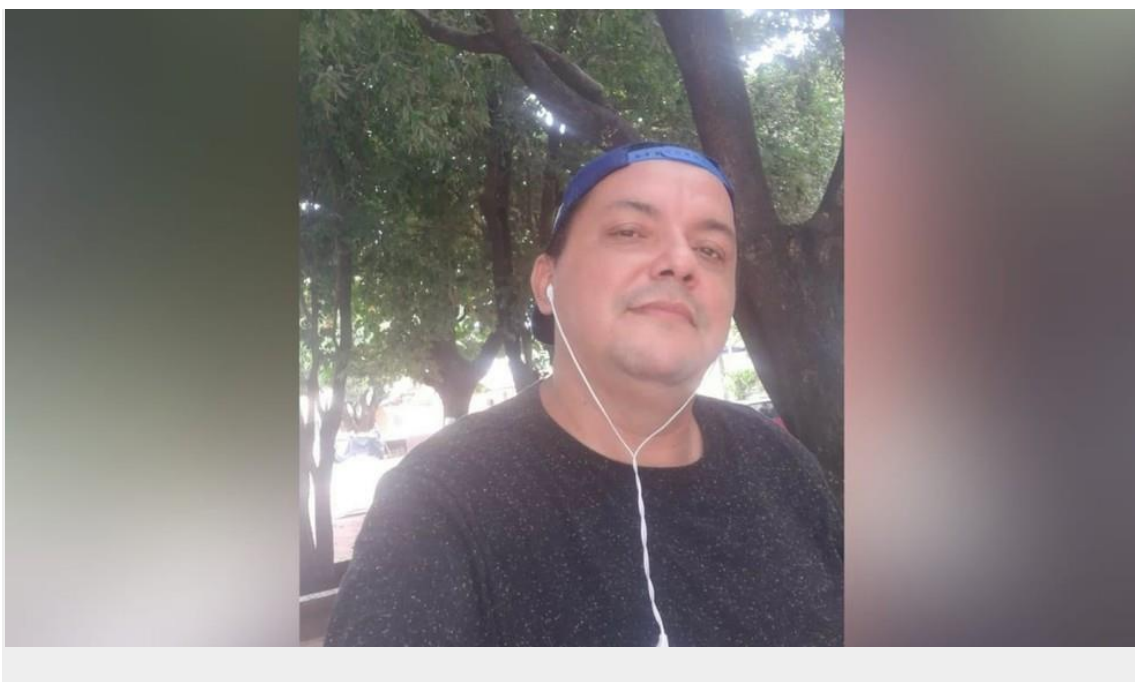
A Polícia Civil informou que as investigações do crime continuam e que a vítima foi encaminhada à polícia científica para perícia.

Polícia indicia professor de Umei denunciado por estupro de vulnerável em Santarém, no PA

Das 14 crianças ouvidas, 8 revelaram algum tipo de violação de direito, segundo a polícia. O advogado da família de uma das vítimas informou que o professor foi indiciado por maus-tratos e estupro de vulnerável.

Por Dominique Cavaleiro e Zé Rodrigues, g1 Santarém e TV Tapajós — PA

01/06/2022 18h14 Atualizado há 16 horas



Professor Arcivando Porto foi indiciado por maus-tratos e estupro de vulnerável — Foto: Redes sociais

O professor de uma Unidade Municipal de Educação Infantil (Umei) denunciado por estupro de vulnerável em [Santarém](#), no oeste do Pará, foi indiciado no inquérito policial que foi concluído pela Polícia Civil na terça (31).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com o delegado que presidiu o inquérito, Alexandre Napoleão, foram ouvidas diversas pessoas incluindo servidores da Umei, da Secretaria Municipal de Educação (Semed) e as próprias crianças.

“Eles puderam esclarecer diversos fatos relativos às denúncias que foram apresentados pelos pais e os procedimentos que foram adotados em nível administrativo municipal. 14 crianças foram ouvidas pela psicóloga e pela assistente social das quais 8 revelaram algum tipo de violação de direito, supostamente praticados pelo professor”, disse o delegado.



O inquérito foi concluído pela Deaca na terça (31) — Foto: Arquivo/g1

- [Leia mais: Pais denunciam que filhos foram agredidos e abusados sexualmente por professor em Umei de Santarém, no PA](#)

Ainda segundo o delegado, o inquérito foi concluído e encaminhado para melhor apreciação do Ministério Público e Poder Judiciário. A polícia não informou por quais crimes o professor foi indiciado, mas a defesa da família de uma das vítimas informou à produção da **TV Tapajós** que Arcivando Nonato Porto foi indiciado por estupro de vulnerável e maus tratos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“O professor foi indiciado em alguns crimes que não posso revelar aqui essas informações por questão de sigilo do inquérito, mas houve indiciamento dele por alguns crimes que foram constatados nos autos das investigações”, disse o delegado.

O delegado contou ainda que os relatos das crianças e das mães coincidiram, já que as famílias relataram o que foi revelado em conversas com as crianças.

“Os relatos das mães bateram basicamente com os relatos que as crianças também trouxeram aos autos porque as mães observaram o comportamento das crianças, conversaram com elas e nos seus relatos elas transcreveram aquilo que elas perceberam e ouviram dos seus próprios filhos, então houve realmente uma coincidência. Esses relatos também foram incluídos no inquérito policial que foi encaminhado à Justiça”, completou Alexandre Napoleão.

Contraponto

A defesa do professor Arcivando Nonato se manifestou por meio de nota sobre o indiciamento. Veja abaixo:

"Respeitamos o entendimento da autoridade policial, mas ao mesmo tempo não concordamos. O indiciamento não representa que a investigação esteja correta e que seja um prenúncio de condenação. Temos uma série de fundamentos a ser suscitado perante o juízo criminal, sobretudo, quanto ao vício de colheita de prova no âmbito policial que sob nossa ótica alguns quesitos legais foram ignorados pela autoridade policial. Lamentamos que a autoridade policial tenha se contaminado com o clamor popular a ponto de participar de ato público, em que um dos assuntos tratados foi o caso do referido professor. Tudo isso e mais outros fundamentos serão abordados na defesa do professor no momento certo. Ressalto, por fim, que vamos lutar pra que a verdade prevaleça, já que o professor é inocente e com isso não esperamos que seu caso tenha o mesmo tratamento e desfecho como ocorreu na "escola base de São Paulo" no ano de 1994, cujos acusados foram inocentados. Mas, infelizmente, foram condenados socialmente mesmo provando a inocência perante a justiça."

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Entenda o caso

Famílias denunciaram [casos de agressão física e abusos sexuais de crianças](#), que teriam ocorrido na Unidade Municipal de Educação Infantil (Umei) do bairro Caranazal.

Ao **g1**, as famílias contaram que as crianças revelaram agressões físicas e abusos sexuais. Algumas vítimas demonstraram aos pais gestos de masturbação, que teriam sido praticadas pelo professor Arcivando Nonato Porto e também relataram que o suspeito jogava xixi nas crianças.

O caso ganhou repercussão e indignação na população santarena que se manifestou nas redes sociais, além de realizar manifestações pacíficas para pedir justiça sobre o caso. A denúncia também foi debatida na Câmara dos Vereadores que realizou uma sessão especial em alusão ao mês de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br